



**ESTADO DO CEARÁ - PODER EXECUTIVO**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (Últimos 12 meses)**  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022**

LRF Art. 55, Inciso I alínea "a" - Anexo 1

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (ÚLTIMOS 12 MESES)												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
	LIQUIDADAS													
	JAN/22	FEV/22	MAR/22	ABR/22	MAI/22	JUN/22	JUL/22	AGO/22	SET/22	OUT/22	NOV/22	DEZ/22		(Últimos 12 meses)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>727.666.527,93</b>	<b>1.019.350.581,41</b>	<b>1.397.221.023,19</b>	<b>1.140.453.825,23</b>	<b>1.328.363.794,87</b>	<b>1.725.241.948,31</b>	<b>1.314.408.949,02</b>	<b>1.291.826.782,80</b>	<b>1.249.650.583,21</b>	<b>1.260.766.146,26</b>	<b>1.282.352.927,07</b>	<b>2.007.624.564,46</b>	<b>15.744.927.653,76</b>	<b>13.098.008,00</b>
<b>PESSOAL ATIVO</b>	<b>633.133.377,21</b>	<b>653.333.501,28</b>	<b>773.384.895,70</b>	<b>754.334.363,41</b>	<b>802.463.757,58</b>	<b>1.111.167.848,38</b>	<b>856.547.554,55</b>	<b>830.646.869,69</b>	<b>799.309.823,70</b>	<b>792.749.900,23</b>	<b>820.701.017,95</b>	<b>1.328.204.012,41</b>	<b>10.155.976.922,09</b>	<b>10.715.555,61</b>
- Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	535.104.551,91	575.267.539,77	675.827.037,91	625.998.464,12	683.079.400,81	992.575.237,50	705.049.517,39	707.615.953,93	695.142.048,54	678.480.945,76	698.335.433,35	1.049.711.618,53	8.622.187.749,54	298.620,36
- Obrigações Patronais	98.028.825,30	78.065.961,51	97.557.857,79	128.335.899,29	119.384.356,77	118.592.610,88	151.498.037,16	123.030.915,76	104.167.775,14	114.268.954,47	122.365.594,60	278.492.393,88	1.533.789.172,55	772.935,25
<b>PESSOAL INATIVO</b>	<b>61.460.636,56</b>	<b>253.932.262,98</b>	<b>505.091.325,26</b>	<b>248.171.484,54</b>	<b>394.126.304,35</b>	<b>459.887.788,16</b>	<b>312.083.015,01</b>	<b>311.954.152,21</b>	<b>312.827.365,65</b>	<b>316.830.867,33</b>	<b>317.923.714,38</b>	<b>486.318.268,77</b>	<b>3.980.607.185,20</b>	<b>14370,67</b>
- Aposentadoria, Reserva e Reformas	44.640.686,78	202.231.052,07	414.327.077,45	185.440.371,99	297.933.335,57	359.357.163,09	243.193.748,37	243.010.973,53	243.372.187,65	245.973.052,49	247.822.697,48	378.256.518,63	3.105.558.866,00	14370,67
- Pensões	16.819.949,78	51.701.210,01	90.764.247,81	62.731.112,55	96.192.968,78	100.530.625,07	68.889.266,64	68.943.178,68	69.455.178,00	70.857.814,84	70.101.016,90	108.061.750,14	875.048.319,20	0,00
<b>Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)</b>	<b>33.072.514,16</b>	<b>112.084.817,15</b>	<b>118.744.802,23</b>	<b>137.947.977,28</b>	<b>131.773.732,94</b>	<b>154.186.311,77</b>	<b>145.778.379,46</b>	<b>149.225.760,90</b>	<b>137.513.393,86</b>	<b>151.185.378,70</b>	<b>143.728.194,74</b>	<b>193.102.283,28</b>	<b>1.608.343.546,47</b>	<b>12.012.081,72</b>
Outras Despesas com Pessoal decorrentes de contratos de terceirização	43.367,00	48.433.204,00	71.606.951,03	62.515.718,08	63.658.051,16	64.614.723,12	75.444.311,50	62.703.490,74	47.613.359,91	45.555.643,97	39.861.642,53	73.848.968,94	655.899.431,98	12.012.081,72
Despesas com pessoal decorrentes da contratação de serviços públicos finalísticos de forma indireta	33.029.147,16	63.651.613,15	47.137.851,20	75.432.259,20	68.115.681,78	89.571.588,65	70.334.067,94	86.522.270,16	89.900.033,95	105.629.734,73	103.866.552,21	119.253.314,34	952.444.114,49	0
<b>DESPESA COM PESSOAL NÃO EXECUTADA ORÇAMENTARIAMENTE</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)</b>	<b>32.788.718,26</b>	<b>198.728.224,04</b>	<b>365.526.193,15</b>	<b>195.056.070,72</b>	<b>284.278.332,47</b>	<b>239.504.937,37</b>	<b>214.915.914,50</b>	<b>221.598.647,19</b>	<b>220.962.129,78</b>	<b>184.114.802,47</b>	<b>249.803.331,34</b>	<b>376.765.348,86</b>	<b>2.784.042.650,15</b>	<b>24.021,45</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	27.809,20	22.475,15	13.508,65	8.698,13	125.126,93	201.028,34	180.854,52	116.806,49	61.291,46	57.109,94	39.048,52	46.852,43	900.609,76	9650,78
Decorrentes de Decisão Judicial	4.579.442,81	32.780.431,73	27.999.626,75	23.829.050,59	16.666.653,17	16.664.024,45	16.632.592,22	16.612.745,32	16.669.890,51	18.303.409,51	18.346.526,36	18.419.888,48	227.504.281,90	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	2.023.237,65	7.144.634,56	5.515.977,67	2.952.102,67	3.233.963,29	3.297.484,60	3.153.071,47	1.547.832,99	4.048.555,85	2.013.738,13	1.782.861,97	3.264.162,02	39.977.322,87	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	26.158.228,60	158.780.682,60	331.997.380,08	168.266.219,33	264.252.589,08	219.342.399,88	194.949.396,29	203.321.262,39	200.182.391,96	163.740.544,89	229.634.894,49	355.034.445,93	2.515.660.435,62	14370,67
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>694.877.809,67</b>	<b>820.622.357,37</b>	<b>1.031.694.830,04</b>	<b>945.397.754,51</b>	<b>1.044.085.462,40</b>	<b>1.485.737.010,94</b>	<b>1.099.493.034,52</b>	<b>1.070.228.135,61</b>	<b>1.028.688.453,43</b>	<b>1.076.651.343,79</b>	<b>1.032.549.595,73</b>	<b>1.630.859.215,60</b>	<b>12.960.885.003,61</b>	<b>13.073.986,55</b>

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>30.383.651.351,44</b>	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166, § 1º, da CF) (V)	521.091,18	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	88.300.088,64	-
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA FINS DE CÁLCULO DE LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)</b>	<b>30.294.830.171,62</b>	-
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VIII) = (III a + III b)</b>	<b>12.973.958.990,16</b>	<b>42,83%</b>
LIMITE MÁXIMO (VIII) (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	<b>14.844.466.784,09</b>	<b>49,00%</b>
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (Parágrafo Único, art. 22 da LRF)	<b>14.102.243.444,89</b>	<b>46,55%</b>
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (Inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	<b>13.360.020.105,68</b>	<b>44,10%</b>

**FONTE: Siafe-CE; COPAC/CECOG; 02/04/2024 14:03**

- Notas:
- 1: Nos dois primeiros quadrimestres, são consideradas as despesas liquidadas acrescidas das despesas inscritas em Restos a Pagar Não-Processados e RPNP de dezembro do ano anterior. No último quadrimestre somam-se as despesas liquidadas com os RPNP do próprio exercício;
  - 2: O RPPS - Regime Próprio de Previdência Social - do poder executivo, que atende aos servidores civis, é composto pelo FUNAPREV (plano financeiro, regime de repartição) e PREVID (plano previdenciário, fundo em capitalização). Já os militares são atendidos pelo PREVMILITAR que constitui-se no Sistema de Proteção Social dos Militares conforme estatui a Lei Federal nº 13.954/2019;
  - 3: Os valores apresentados incluem as despesas da Defensoria Pública Geral do Estado, órgão autônomo para o qual não foi ainda estabelecido Limite de Despesa com Pessoal;
  - 4: Foram deduzidos os valores referentes aos abonos de permanência concedidos (3190110004), conforme Resolução do TCE/CE nº 2582/2009 (DOE de 28/12/2009), no valor de R\$82.121.650,03
  - 5: As despesas com pessoal decorrentes da contratação de serviços públicos finalísticos de forma indireta com as Organizações Sociais e Outras Entidades que firmaram contrato de gestão com o poder público de que tratam a Portaria nº 377, de 8 de julho de 2020 e a Nota Técnica SEI nº 45799/2020/ME, são apresentadas na linha denominada "Despesas com pessoal decorrentes da contratação de serviços públicos finalísticos de forma indireta" e detalhadas em Quadro Auxiliar deste Anexo;
  - 6: As despesas de pessoal das Organizações Sociais e Outras Entidades que firmaram contrato de gestão com o poder público foram registradas:
    - Entre janeiro e agosto de 2022 pelo valor repassado pelo Estado (Item Patrimonial 3276 (Natureza 3350850004 - Transferências para Organizações Sociais), conforme Plano de Trabalho previstos nos Contratos de Gestão;
    - Entre setembro e dezembro de 2022, do total de recursos transferidos, os valores identificados e declarados como custeio das despesas com pessoal relacionadas à atividade finalística.
  - 7: O limite da despesa com pessoal do Poder Executivo definido na lei complementar federal nº 101 que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal é de 49% da Receita Corrente Líquida para os estados que não possuem Tribunal de Contas dos Municípios - TCM e 48,6% para os estados que o possuem. O Estado do Ceará já o teve, mas a Emenda da Constituição Estadual nº 92 extinguiu o TCM, sendo que os 0,4% destinados ao TCM, foram rateados entre o Tribunal de Contas do Estado - TCE e Assembleia Legislativa do Estado por disposição da Lei de Diretrizes Orçamentárias anual. A Secretaria do Tesouro Nacional - STN, órgão fiscalizador federal, considera, para o Poder Executivo do Estado do Ceará, o limite máximo como sendo de 49%; prudencial, 46,55%; e de alerta, 44,1%. Já o TCE, órgão fiscalizador estadual, considera o limite máximo como sendo de 48,6%; prudencial, 46,17%; e de alerta, 43,74%.

**SAULO MOREIRA BRAGA**  
Orientador de Cálculo  
Contador CRC-CE 15.129/O-5

**MÁRCIO CARDEAL QUEIROZ DA SILVA**  
Secretário Executivo do Tesouro Estadual  
e Metas Fiscais

**FABRÍZIO GOMES SANTOS**  
Secretário da Fazenda

**ANTONIO MARCONI LEMOS DA SILVA**  
Secretário de Estado Chefe da Controladoria  
e Ouvidoria Geral, em Exercício

**ELMANO DE FREITAS DA COSTA**  
Governador do Estado  
Chefe do Poder Executivo